**Da retomada ao presente:   
políticas afirmativas para povos indígenas no Brasil**

**CARLOS RAFAEL DA SILVA[[1]](#footnote-2)\***

**SUZANE LIMA COSTA[[2]](#footnote-3)\*\***

**Resumo**: Falar de políticas afirmativas para indígenas no Brasil é trazer à tona a recente história de jovens estudantes que, ao ingressarem na universidade pública, precisaram inventar estratégias para morar, comer, vestir e, finalmente, estudar fora de suas aldeias. Histórias pessoais de estudantes indígenas que de algum modo tocam e traduzem o cotidiano de muitos outros estudantes negros e pobres no Brasil. Parte dessas histórias está presente em algumas cartas produzidas por lideranças e estudantes indígenas e enviadas ao Brasil. Queremos apresentar essas cartas neste artigo, apresentar essas histórias e os modos como as políticas afirmativas estão expressas nelas, para discutir como esses povos mobilizaram e ainda agenciam seu ingresso nessas instituições como forma de existir na comunidade política nacional, não mais como o “outro” exótico e infantilizado, mas como participante nas decisões políticas.

**Palavras-chave**:cartas indígenas; histórias pessoais; educação escolar indígena; políticas afirmativas.

**From retomada to present: affirmative policies for indigenous people in Brazil**

**Abstract**: To talk about affirmative policies for indigenous peoples in Brazil is to bring out the recent personal history of young students who, upon entering the public university, had to invent strategies to live, eat, dress and finally study outside their communities. Personal stories of indigenous students who somehow touch and translate the daily lives of many other blacks and poor students in Brazil. Part of these stories is present in some letters produced by indigenous leaders and students and sent to Brazil. We want to present these letters in this article, present these stories and the ways in which affirmative policies are expressed in them, tell a little of the history of higher education for indigenous to discuss how these peoples petition their entry into these institutions as a way of existing in the national political community, no longer as the exotic and infantilized "other", but as a participant in political decisions.

**Keywords:** indigenous letters; personal histories; indigenous school education; affirmative policies.

Falar de políticas afirmativas para indígenas no Brasil é trazer à tona a recente história pessoal de jovens estudantes que, ao ingressarem na universidade pública, precisaram inventar estratégias para morar, comer, vestir e, finalmente, estudar fora de suas aldeias. Histórias pessoais de estudantes indígenas que de algum modo traduzem o cotidiano de muitos outros estudantes negros e pobres no Brasil. Histórias também do começo de novos tempos para um país que decidiu criar outras possiblidades para mudar, ao menos nas últimas três décadas, seu passado e presente de exclusão social. Parte dessas histórias está narrada em algumas cartas produzidas por esses jovens indígenas e enviadas ao Brasil.

Queremos apresentar essas cartas neste artigo e os modos como as políticas afirmativas estão expressas nelas, contando um pouco da história da Educação Superior para os indígenas em três períodos que denominamos de: 1. Começo das retomadas; 2. Expansão das políticas e 3. Movimento das presenças, tanto para entender como os povos indígenas acessam, permanecem e concluem o Ensino Superior, quanto para discutir como esses povos peticionam e agenciam seu ingresso nessas instituições como forma de existir na comunidade política nacional, não mais como o “outro” exótico e infantilizado, mas como participante das suas decisões políticas.

Começaremos a falar desse contexto a partir da década de 1970, que aqui trataremos como uma retomada da presença política dos indígenas no cenário nacional, momento no qual os primeiros indígenas afrontaram o controle da Ditadura Militar instaurada no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, ao criarem as primeiras assembleias políticas. Uma retomada que se instaura no mesmo momento em que o controle do Estado sobre as populações indígenas era pleno e totalitário. A lei os considerava como relativamente incapazes de exercer a vida civil, sendo o Estado o tutor legal que tomava decisões sobre os corpos indígenas. Onde morar, o que comer, como criar seu filho (mesmo a possibilidade de ter filhos), onde estudar, qual língua falar, todo um cotidiano dominado pelo aparato estatal, salvaguardado, paradoxalmente, pelo Estatuto do Índio, de 1973, que dava ao Estado o poder sobre a vida dos povos originários.[[3]](#footnote-4) Também nesse contexto, os indígenas foram proibidos de participar de atos ou organizações políticas, ocorreram torturas e sequestros de crianças, guerras biológicas contra aldeias e crimes contra a humanidade nunca julgados no país (VALENTE, 2017). O controle era exercido com base legal, cuja moral era a inferiorização do “outro” por meio de mecanismos de infantilização. Ao indígena, interpretado como incapaz diante do não-indígena “civilizado”, por não falar a língua oficial e não dominar códigos de conduta de uma cultura estranha à sua, restava ser cuidado pela comunidade política nacional. Essa comunidade, por meio de subterfúgios legais e morais, criou ações que subordinaram os indígenas, inventando próprios princípios éticos para os tratar como tutelados, alienando terras, línguas e corpos.

Paradoxalmente, neste período, ocorrem as primeiras assembleias políticas realizadas nas aldeias, com os indigenistas e missionários da Igreja Católica, reunindo diferentes povos para discutir o direito básico de existir sendo indígenas no Brasil e segundo seus próprios termos. Um direito que envolvia a demarcação de terras, o respeito aos ritos e diferentes jeitos de ver o mundo, a língua e a própria história indígena – uma vez que esta era contada pela perspectiva do colonizador. Desde os primeiros encontros em 1974 até o último Acampamento Terra Livre, realizado na cidade de Brasília com mais de 8 mil indígenas, em abril de 2022, os indígenas exigem uma existência plena no Brasil em direitos culturais, políticos, sociais e cosmológicos.

Em 1975, Andila Inácio, indígena do povo Kaingang, escreve uma carta para o ditador Ernesto Geisel, explicando esse modo de vida, a partir das razões de viver do seu povo:

[...] tem hoje o meu povo suas terras invadidas, suas florestas terminadas, seus animais extintos e seus corações dilacerados pela arma rude que é a civilização.

Isto, Senhor Presidente, para o povo branco e civilizado, como se julgam, talvez possa parecer romantismo ou coisa que equivalha, mas para o meu povo não, para ele é estilo de vida, é razão de viver e, consequentemente, motivo bastante para morrer (KAINGANG, 1975)

Uma terra protegida pelo Estado, sem invasores e com um meio ambiente saudável são parte das razões de viver citadas por Andila e que encontramos em todas as reivindicações indígenas contra a Ditadura Militar. Sua carta já demonstrava os modos de reação e os tipos de movimentação que estavam em curso por parte dos indígenas na retomada dos seus direitos e nos primeiros passos em defesa de uma política própria para garantia desse retorno.

As assembleias começaram a ocorrer, organizadas por indígenas e indigenistas, criando uma reversão na política brasileira, rasurando a estrutura de poder com a criação do que hoje chamamos movimento indígena contemporâneo. Esse movimento tem início na década de 1970, quando lideranças indígenas começam a ter voz própria, organizando assembleias, reivindicando o direito à terra e questionando as políticas do governo militar. Essas lideranças solicitam participar das decisões sobre suas próprias vidas, como ocorreu na assembleia de Goiás, em 1978, na qual os Karipuna, Palikur, Galibi, Desana, Apurinã, Jamamadi, Tapirapé, Xavante, Rikbaktsa, Pareci, Kaiowá, Kaingang e Guarani declararam em carta aberta:

[...] que se reconheça o índio como herdeiro e dono legítimo de suas terras e que as reservas sejam reconhecidas como propriedade coletiva das comunidades indígenas. [...] Porque o índio tem de viver em comunidades próprias, em plena liberdade de tradição cultural e liberdade de possuir a terra (ASSEMBLEIA INDÍGENA, 1978).

O território é disputado numa duplicidade antagônica entre vida e morte. Para os índios, a terra é sua ligação com o modo de ser, viver e, portanto, existir no Brasil. Mas para este Brasil, representado pelo Governo Militar, a terra é cobiçada, invadida e explorada economicamente, resultando em violências múltiplas e mortes para os povos indígenas. Em agosto de 1980, 58 lideranças indígenas, reunidas em Manaus, no Amazonas, enviaram uma carta para o chefe da Igreja Católica, Papa João Paulo II, denunciando o que se passava nas terras indígenas:

É com o coração transbordando de alegria que viemos à vossa santidade, nós índios de regiões do Solimões, Roraima, Rio Negro, Baixo Amazonas, assim como todos os estados brasileiros, gostaríamos de receber e de dar um sorriso através dessa mensagem, mas como poderíamos sorrir com a Vossa Santidade, nós sofrendo, e Vossa Santidade sabendo das causas que afetam, que prejudicam a nação indígena desse país que é o Brasil. Somos massacrados, explorados, e tendo estrada que traçam em nossas terras, que prejudicam o índio por doenças e diversos problemas que não existiam antes entre nós; estamos sendo acabados por projetos, empresas, e invasores que roubam nossas vidas, tomando nossas terras, e nos expulsando delas, sendo nós os donos de pequenos pedaços nesse imenso país e colocando um ponto final em nossa cultura e em nossos direitos, muitas vezes nossos irmãos são mortos por defender as suas terras e sendo tutelados pela Funai, que não demarca nossas terras e só fazem promessas violando assim nossos direitos. Santidade olhe para esse povo que está desaparecendo, o mundo não está sabendo o que está havendo nesse país. Gostaríamos que o mundo soubesse o que está havendo aqui. Não há somente uma tribo nesse país, há centenas, mas que estão desaparecendo. Queremos os nossos direitos, somos humanos também, somos filhos de Deus (ASSEMBLEIA DE MANAUS, 1980).

Ainda na década de 1980, diferentes movimentos civis, movidos por contexto de crise social e econômica, passam a reivindicar a retomada das liberdades políticas no país. Em 1985, a Ditadura é oficialmente encerrada num movimento de conciliação, sendo anistiados presos e perseguidos políticos, mas também os militares que comandaram o país, todavia, os crimes contra os povos indígenas nunca foram julgados, permanecendo em silêncio na história oficial as narrativas dos mais de oito mil indígenas assassinados durante esse período. Por outro lado, se a historiografia se calou, os indígenas – persistentes memorialistas do Brasil -, continuaram a denunciar a exclusão passada e presente da sua cidadania. É na década de 1980 que começam a surgir as primeiras organizações indígenas, como a União das Nações Indígenas (UNI), que passam a pleitear direitos à educação, saúde e, principalmente, à terra. O marco desse processo de participação de indígenas na cena política, com pedidos de direitos à cidadania em todo o Brasil, foi a formulação da Constituição de 1988. Um pouco antes disso, em 1986, a UNI enviou uma carta para o Congresso Nacional, solicitando participação dos indígenas em todo o processo de formulação de políticas que pretendessem afirmar suas vidas:

[...] decidimos PARTICIPAR DA ELABORAÇÃO DA NOVA CONSTITUIÇÃO, POIS ESTA LEI TRATA DE QUESTÕES DE INTERESSE IMEDIATO DOS POVOS INDÍGENAS, tais como: o direito à terra e a incorporação dos índios à sociedade nacional e como habitamos o território brasileiro, nos sentimos não só no direito, mas no dever de influir na forma de organização do Estado brasileiro, para que ele respeite os Povos Indígenas e garanta a liberdade e participação de todos os brasileiros, nas decisões estatais, inclusive quanto à correta e justa utilização e distribuição das riquezas (UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS, 1986, grifo do autor)

A participação das lideranças indígenas e indigenistas resultou nos artigos 231 e 232 da atual Constituição. Mario Juruna, Raoni Metuktire, Álvaro Tukano, Marcos Terena, Ailton Krenak, Maninha Xucuru-Kariri e tantos outros e outras, de tantas aldeias e de diferentes povos, criaram as condições e as possibilidades para o fortalecimento do que chamamos de movimento indígena contemporâneo, enfrentando o governo ditatorial, criando os primeiros encontros e organizações indígenas e participando do marco civilizatório brasileiro que foi a Constituição de 1988.

Se, parodiando a caracterização de Michael Lind sobre os Estados Unidos, podemos ler o Brasil como um arquipélago de brancos privilegiados em um oceano de pobreza negra, parda e indígena (1996),[[4]](#footnote-5) a Constituição de 1988 é o marco da tentativa de modificação dessa realidade. A universidade, até então espaço de formação restrito a uma certa elite econômica, só acompanhou essa transformação social na última década, por meio das ações afirmativas para indivíduos e grupos socialmente marginalizados.

Vinte anos seguintes à sua promulgação da Constituição, criou-se a escola indígena, com professores e trabalhadores indígenas, os materiais didáticos específicos, o orçamento, a burocracia necessária para implementar essa legislação infraconstitucional e, a partir disso, os primeiros passos para que indígenas pudessem acessar o Ensino Superior. Até 1988, os povos indígenas, como a maior parte da população brasileira, não acessavam uma educação pública de qualidade. As escolas eram geridas pela FUNAI, em parceria com organizações religiosas, para o aprendizado da língua portuguesa e de conhecimentos para exercer atividades de menor status social. Essa realidade passa a mudar nos anos 1990 e 2000, como relatado pelos professores indígenas em carta enviada ao Ministério da Educação.

Sinal mais expressivo dessa conquista é o conjunto de leis e normas, geradas em âmbito federal, que garantem aos povos indígenas no Brasil, o direito a uma educação específica, respeitosa dos saberes, línguas e tradições dos povos indígenas, que sirva de instrumento para a construção da cidadania e autonomia desses povos (PROFESSORES INDÍGENAS, 2002)

Uma vez criados os mecanismos legais, o movimento indígena na Educação Superior entra numa fase de constante expansão nos anos 2000 até 2014. Inicialmente, entre 2000 e 2005, a universidade foi relacionada à Educação Básica, através da formação inicial de professores indígenas que pudessem atuar nas escolas presentes nas aldeias. Buscava-se consolidar o acesso universal ao Ensino Fundamental e iniciar o Ensino Médio nas aldeias.

Em 2003, a formação inicial do professor indígena em curso superior passa a ser demandada pelas organizações indígenas com um evento que marcou significativamente o período: o Seminário “Políticas de Ensino Médio para os Povos Indígenas”, coordenado pelo Ministério da Educação, que contou com a presença de representantes de governos locais e estaduais, organizações não-governamentais, instituições de Ensino Superior, FUNAI, Funasa e lideranças indígenas. Em carta confeccionada durante o evento, os indígenas presentes avaliam que um dos principais temas a ser debatido naquele momento era o da “relação entre o Ensino Médio e Ensino Superior para os povos indígenas [com destaque para a] formação de professores indígenas para o ensino médio” (POVOS INDÍGENAS, 2003).

Outrossim, entre 2000 e 2005, uma série de políticas são criadas para a inclusão dos povos indígenas na Educação Superior - a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) no Ministério da Educação, o Programa Diversidade na Universidade, a participação do governo brasileiro na Conferência de Durban (Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001 contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância), o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas[[5]](#footnote-6) , o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e diferentes instituições de Ensino Superior, de forma isolada, elaboraram ações afirmativas para o ingresso de negros, pobres e indígenas em seus cursos de graduação. Todas essas ações tinham como objetivos diagnosticar a desigualdade de acesso, promover ações de permanência e garantir o sucesso no Ensino Superior.

Com a criação das primeiras ações, ocorre uma expansão do acesso de indígenas ao Ensino Superior. De 1.300 indígenas matriculados em instituições de Ensino Superior em todo o país, em 2003, passamos para mais de 10.000 em 2013 (AMES, ALMEIDA, 2021). Um crescimento de 670% em uma década. A entrada vertiginosa não se explica somente pela indução de políticas públicas, mas também pela adesão dos públicos-alvo à política, inclusive, reivindicando sua expansão. O Ensino Superior passou, a partir de 2005, a ser uma pauta abordada de forma exclusiva em alguns encontros, envolvendo não somente a formação de professores para a Educação Básica, mas também o acesso, permanência e sucesso em cursos diversos, a presença na pós-graduação e no ensino, pesquisa e extensão, inclusive com demandas para contratação de professores e pesquisadores indígenas nas universidades.

Sintomático dessa adesão das organizações indígenas foi o maior encontro nacional de lideranças indígenas, o Acampamento Terra Livre, em sua carta ao Brasil, reivindicar essa pauta, ao defender em carta aberta o “acesso de indígenas ao ensino superior, através de cotas, bolsas e recursos para manutenção e permanência durante o período de formação” (ATL, 2007). O envolvimento com a Educação Superior também se deu por um processo pedagógico, no qual os jovens estudantes indígenas convenciam as lideranças tradicionais da importância de pautar o direito ao ingresso e permanência nas universidades públicas do Brasil. A atuação de profissionais indígenas nas aldeias e no debate público, como professores, médicos, advogados e outros, tornou-se parte do argumento dos estudantes para serem apoiados pelas lideranças e pelos não indígenas.

Os estudantes do povo Guarani e Kaingang relataram isso em carta aos indígenas que pleiteavam vagas na Universidade Estadual de Maringá, defendendo que são “responsáveis por trazer um futuro melhor às nossas comunidades” (ESTUDANTES INDÍGENAS, 2017). Já os alunos da Universidade Federal da Bahia declararam para os líderes indígenas e não indígenas que: “ao sair de nossas comunidades de origem, acreditamos que nos formaremos e retornaremos para as aldeias indígenas, onde pretendemos desempenhar nossa profissão junto as nossas comunidades.” (ESTUDANTES INDÍGENAS, 2013). A relação política da formação de um estudante indígena, evidentemente, não faz parte das pretensões de todos os alunos indígenas, mas está presente nas narrativas de muitos.

Por outro lado, as cartas também apresentam como o processo de expansão do acesso ao Ensino Superior se deu de forma desorganizada por parte do Estado brasileiro. À medida que os universitários passavam a ocupar o espaço das instituições públicas e privadas percebeu-se como essas organizações não estavam preparadas do ponto de vista material e pedagógico para receber esses estudantes e garantir os princípios básicos das políticas de permanência e sucesso. Em correspondência para o Brasil, os universitários sintetizam a problemática relação entre universidades e os povos indígenas:

Estes estudantes estão presentes em instituições públicas, sejam federais ou estaduais, em sua maioria em universidades particulares, em cursos presenciais e à distância e em cursos técnicos, como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

A nossa situação nessas universidades, faculdades e institutos técnicos é de insegurança e de vulnerabilidade, pois, além de termos que arcar com o custeio de aluguel, passagem de ônibus, gêneros alimentícios e outros elementos básicos para a nossa manutenção nas cidades, sendo que poucas universidades estão próximas às comunidades indígenas, temos dispêndios com os materiais necessários para a permanência nos nossos cursos. Esses materiais, em sua maioria, são caros, como livros, Xerox, materiais para a realização de pesquisas, e materiais específicos de cada curso.

Sabemos da importância de democratização das instituições de ensino superior, instituições essas que historicamente negaram a possibilidade de inserção dos indígenas. Diante da crescente demanda de nós indígenas por esse direito de acesso à universidade percebemos a necessidade de formulação de políticas públicas que possibilitem o acesso e a permanência dos estudantes indígenas nas universidades. (UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS, 2009).

Apesar das limitações apresentadas pelo despreparo institucional, muitos avanços ocorreram entre 2000 e 2014. Mostra disso está na realização do 1º Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas, em 2009. Isso porque, para a realização desse encontro, foram mobilizados grupos locais e regionais, que passaram a se organizar de forma mais constante e regular, com a identificação de núcleos ou grupos de estudantes indígenas estaduais ou de instituição federal. O movimento foi se adensando ao ponto de criar o Encontro Nacional de Estudantes Indígenas, iniciado em 2013, na Universidade Federal de São Carlos, e que está em sua 9ª edição.

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que instituiu nacionalmente a política de cotas nas instituições de Ensino Superior federais para estudantes oriundos de escolas públicas, com pouca renda familiar, pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, bem como o Programa Bolsa Permanência, em 2013, ofertando auxílio financeiro aos estudantes indígenas, quilombolas e pobres, contribuíram para o número atual de cerca de 60 mil indígenas matriculados em Instituições de Ensino Superior no Brasil.[[6]](#footnote-7)

Identificamos nas cartas um sentimento ambivalente sobre esse período de expansão de acesso ao Ensino Superior. Há comemoração pelo fato de a entrada na universidade significar o resultado das lutas dos próprios indígenas ao longo de décadas para ter acesso aos espaços acadêmicos, mas também há o sentimento de exclusão e solidão narrado por muitos jovens indígenas, principalmente quando expõem as dificuldades financeiras e o tratamento interpessoal dentro das instituições. Mayra Wapichana, por exemplo, relata em uma carta para o Conselho Indígena de Roraima que “nunca é demais reafirmamos a identidade indígena, quando temos uma sociedade, sobretudo, Universidades, que nos excluem e discriminam", mas que também sente “gratidão a todos (as) que contribuíram de forma direta e indireta, na conclusão do Curso de Comunicação Social”, por se tratar de uma “um momento histórico e de conquista coletiva” (WAPICHANA, 2016).

Não obstante essa ambivalência diante da entrada no espaço universitário, as cartas demonstram uma avaliação positiva sobre a participação indígena nas universidades. As instituições são consideradas nesses documentos como espaços de poder exclusivos das elites brasileiras, modificadas recentemente com o ingresso de indígenas e demais setores sociais excluídos. A entrada na universidade significa o acesso à comunidade política, isto é, da coletividade nacional considerar os marginalizados como cidadãos, com direitos políticos, civis e culturais plenos. Na mesma carta, Mayra Wapichana, interpreta a conclusão de seu curso de graduação como um passo inicial para o “respeito, reconhecimento e valorização da nossa diversidade cultural indígena em Roraima e no Brasil” (WAPICHANA, 2016). Apesar das tentativas de exclusão, inclusive na universidade, Mayara considera que vivemos um momento de protagonismo dos povos indígenas, que não renunciaram às conquistas políticas, como a ocupação das instituições de Ensino Superior, mantendo-se “vigilantes a todo e qualquer ato que venha nos afetar e massacrar novamente, da mesma forma como fizeram com os nossos ancestrais” (WAPICHANA, 2016)

A defesa do marco regulatório conquistado nas ações afirmativas é a principal narrativa encontrada nas cartas indígenas do período atual, iniciado em 2015. Consideramos que o movimento presente se traduz como o movimento das presenças - momento do fortalecimento do pensamento dos indígenas na cena universitária, ainda que seja caracterizado pela diminuição dos recursos para o orçamento social do Estado brasileiro e pelo aprofundamento do racismo contra indígenas. Esses dois elementos começam a se destacar a partir de 2015, no segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, iniciado com a diminuição dos recursos financeiros da política educacional. Em carta para as autoridades brasileiras, o I Fórum de Educação Escolar Indígena considera que o “ajuste fiscal não pode ser o motivo para pauperizar os excluídos, especialmente os povos indígenas, desde o início da colonização.” (FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO INDÍGENA, 2015).

Os casos de racismo contra indígenas nas universidades, denunciados desde os ingressos ocorridos ainda nos anos 2000, passam a ser mais recorrente e a ganhar maior destaque nas mídias. Na Universidade Federal do Acre, a estudante de pedagogia Kethyla Taiane Shawanava de Almeida, recebeu uma carta com ofensas racistas (GLOBO, 2017) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mesmo com a presença de câmeras de segurança, Nerlei Kaingang foi violentamente agredido. Durante o ato, os agressores questionavam a presença de Nerlei e a de outros indígenas na residência universitária. Em carta de solidariedade ao estudante Kaingang, os estudantes indígenas da Universidade Federal de São Carlos denunciavam que

Há muito tempo estamos alertando sobre casos de racismo contra nós, mas as universidades vêm sendo omissas aos fatos, compactuando com tais atos [...] Em caso recente nós estudantes indígenas da UFSC também fomos alvos de racismo, por meio de um grupo do facebook que leva o nome da instituição, tivemos nossa imagem exposta, nossa presença na universidade questionada e ainda fomos alvo de chacotas (ESTUDANTES INDÍGENAS, 2016).

Apesar do Governo Michel Temer aprofundar a política de estrangulamento financeiro, é no Governo do atual Presidente Bolsonaro que os cortes de recursos chegam ao limite do funcionamento das instituições de Ensino Superior públicas e o racismo contra os povos indígenas é explicitamente motivado pela comunicação política da Presidência. A Extinção de órgãos de competência direta na execução de ações afirmativas, como a SECADI no Ministério da Educação e a diminuição do orçamento social (INESC, 2021) são elementos que nos levam a caracterizar o momento atual pela tentativa de desmontar o marco regulatório construído desde a Constituição de 1988. Se as políticas de indução nos anos 2000 levaram à expansão do acesso, as propostas de desmonte, a partir de 2016, aprofundadas em 2018, levaram à intensa mobilização dos coletivos indígenas em defesa do acesso, da permanência e do sucesso no Ensino Superior. No Governo Bolsonaro foram produzidas 200 cartas pelos povos indígenas, várias delas abordaram a Educação Superior de forma exclusiva.

A juventude indígena do Nordeste escreveu uma carta para o Brasil, associando a exclusão da universidade, por meio do estrangulamento de recursos financeiros e de pessoal, com a exclusão dos povos da própria sociedade (JUVENTUDE INDIGENA DO NORDESTE, 2020). A APIB (Articulação dos Povos indígenas do Brasil) denomina a política social do governo Bolsonaro como “política de morte”, devido aos retrocessos em relação às demarcações de terras e aos estímulos à invasão ilegal de áreas indígenas já demarcadas, aos cortes de recursos financeiros para as ações de assistência social, educação e saúde, à inação do governo na atuação contra a Pandemia causada pela Covid-19 e à classificação racista feita pelo mandatário da nação, que considera os povos indígenas como seres inferiores (XUCURU-KARIRI, 2022)

O diagnóstico das ações do governo atual como uma ameaça aos direitos indígenas, especialmente na Educação Superior, é apresentado em diferentes cartas. Os povos da Amazônia em carta para o Brasil, por exemplo, consideram que:

O grande retrocesso da política educacional desse governo trouxe o empobrecimento da educação pública, na formação fundamental básica, a negação de verba para as universidades federais comprometendo a permanência de nossos jovens, o retrocesso aos direitos garantidos através de políticas de ações afirmativas o que resultou em grande evasão dos jovens indígenas e quilombolas das universidades (POVOS DA AMAZÔNIA, 2019).

No IV Encontro de Educação e Saúde Indígena do Amazonas, os povos indígenas também escreveram uma carta alertando:

Alto lá! Nossas terras são inalienáveis e indisponíveis e nossos direitos inegociáveis! Nós tuxauas, caciques, professores, profissionais de saúde, de 30 povos e 50 organizações indígenas [...] nos reunimos [...] com o objetivo de analisar a realidade e discutir a estratégias de ação do movimento indígena, num cenário que aponta para a redução dos direitos indígenas conquistados através de anos de luta (ENCONTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, 2018)

Diante do retrocesso do marco regulatório e da diminuição das políticas que promovem as ações afirmativas, as lideranças Mbya Guarani exigiram que o governo brasileiro “assegure e fortaleça as políticas de acesso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior, garantindo o ingresso, permanência e formação adequada, respeitando todas as diferenças culturais.” (MBYA GUARANI, 2019). Da mesma forma, diferentes comunidades quilombolas e indígenas defenderam o acesso ao Ensino Superior em carta aberta para o Brasil: “Também pelo direito à educação, com construção de escolas, educação diferenciada indígena e quilombola, com resgate das nossas histórias e culturas próprias, com capacitação de professores e acesso a ensino médio e superior.” (COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS, 2018)

Consideramos que quando os indígenas defendem uma política educacional específica por meio de cartas destinadas ao Brasil e às autoridades governamentais, eles defendem também o direito a existir como protagonistas de suas histórias. A partir da experiência desastrosa da Ditadura Militar de integração forçada dos povos indígenas à uma comunidade política nacional, advoga-se a participação numa comunidade política plurinacional. Na célebre frase de Marcos Terena - posso ser quem você é sem deixar de ser o que sou -, o “ser quem você é” não fala da identificação do indígena com o mundo do “branco” como uma possibilidade de sair do patamar inferior na hierarquia social, mas sim do ser cidadão, do existir na comunidade política. Por isso, os indígenas consideram a marginalização e a exclusão como formas de violar seus direitos humanos (civis, políticos e sociais), por não reconhecer sua existência em outros formatos de vida. O “sem deixar de ser o que sou” na frase de Terena diz dessa participação na comunidade nacional de forma diferenciada.

O desejo de participar de forma respeitosa dessa comunidade, além de presente nas cartas resultantes dos manifestos políticos aqui analisados, também fez parte da mais recente carta confeccionada no Acampamento Terra Livre, no ano de 2022, o maior evento realizado pelos indígenas nas últimas três décadas. Mais de oito mil indígenas se reuniram com o tema “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política” e declararam que

nesse processo de retomada do país, implodido pelo governo Bolsonaro, e de construção do Brasil que queremos, estamos dispostos e prontos a contribuir, como o fizemos ao longo desses mais de 500 anos. Queremos ser protagonistas dos nossos planos de vida, exercer a nossa autonomia em nossos territórios e o nosso direito de participação na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas que nos dizem respeito. (ATL, 2022)

Apesar da organização estatal se voltar para a destituição dos direitos indígenas no governo atual, os povos indígenas continuam dialogando com o Brasil por meio de cartas, expressando seu desejo de existir nessa comunidade política nacional de forma diferenciada, falando da complexa relação entre o Brasil e os povos originários, do destino comum partilhado. A sobrevivência física e cultural desses povos depende dessa partilha, da criação e da implementação de políticas afirmativas que a viabilizem. Nosso erro é não compreender que a sobrevivência do Brasil como democracia efetiva também depende desse comum.

**Referências**

AMES, Valesca Daiana Both; ALMEIDA, Marilis Lemos. Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS. **Sociologias**, v. 23, n.56, jan./abr. 2021.

ASSEMBLEIA INDÍGENA. **Carta da assembleia dos chefes indígenas para o Presidente Geisel, em 19 de dezembro de 1978**. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/da-assembleia-dos-chefes-indigenas-para-o-presidente-geisel/>. Acesso em: 04 maio 2022.

ASSEMBLEIA DE MANAUS. **Carta da Assembleia de Manaus para o Papa Joao Paulo II, em agosto de 1980**. Disponível em: ˂https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/da-assembleia-de-manaus-para-o-papa-joao-paulo-ii/˃. Acesso em: 11 abr. 2022.

ATL. **Carta do IV Acampamento Terra Livre (ATL) para o Brasil, em 19 de abril de 2007**. Disponível em: ˂<https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/dos-povos-indigenas-presentes-no-iv-acampamento-terra-livre-para-o-brasil-19-de-abril-de-2007/>˃. Acesso em: 11 abr. 2022.

\_\_\_\_\_\_. **Carta do Acampamento Terra Livre 2022 para o Brasil, em 14 de abril de 2022**. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/do-acampamento-terra-livre-2022-para-o-brasil/>. Acesso em: 04 maio 2022.

COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS. **Carta das comunidades Puruborá, Kujubim e outras comunidades para o Brasil, em 23 de setembro de 2018**. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/das-comunidades-purubora-kujubim-e-outras-comunidades-para-o-brasil/>. Acesso em: 04 maio 2022.

ENCONTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Carta do IV Encontro de Educação e Saúde Indígena do Amazonas para o Brasil, em 13 de dezembro de 2018**. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/do-iv-encontro-de-educacao-e-saude-indigena-do-amazonas-para-o-brasil/>. Acesso em: 04 maio 2022.

ESTUDANTES INDÍGENAS. **Carta dos estudantes indígenas aos/às candidatos(as), em 2017**. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/carta-dos-estudantes-indigenas-aos-as-candidatosas/>. Acesso em: 04 maio 2022.

\_\_\_\_\_\_. **Carta do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA) e dos Estudantes Indígenas da UFBA para o Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 18 de abril de 2013.** Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/do-movimento-unido-dos-povos-e-organizacoes-indigenas-da-bahia-mupoiba-para-presidente-da-fundacao-nacional-do-indio-funai-18-de-abril-de-2013/>. Acesso em: 05 maio 2022.

\_\_\_\_\_\_. **Carta dos estudantes indígenas da UFSC para o Brasil, em 28 de março de 2016**. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/dos-estudantes-indigenas-da-ufsc-para-o-brasil/>. Acesso em: 04 maio 2022.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO INDÍGENA. **Carta do I fórum nacional de educação indígena para autoridades brasileiras, em 02 de dezembro de 2015.** Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/do-i-forum-nacional-de-educacao-indigena-para-autoridades-brasileiras/>. Acesso em: 04 maio 2022.

GLOBO. **Estudante indígena vai à polícia após receber carta com ofensas na Ufac: ‘raça nojenta’**. Reportagem do jornal Globo – G1 – Cruzeiro do Sul e Região. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/cruzeiro-do-sul-regiao/noticia/estudante-indigena-vai-a-policia-apos-receber-carta-com-ofensas-na-ufac-raca-nojenta.ghtml>. Acesso em: 04 maio 2022.

HOCHULI, Alex. The Brazilianization of the World. **American Affairs**,v. 5, n. 2, verão, 2021, p. 93–115.

INÁCIO, Andila. **Carta de Andila Inácio para o Presidente Ernesto Geisel, em 03 de agosto de 1978**. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/de-andila-inacio-para-o-presidente-ernesto-geisel/>. Acesso em: 04 maio 2022.

INESC. **A Conta do Desmonte - Balanço Geral do Orçamento da União**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/acontadodesmonte/>. Acesso em: 04 maio 2022.

JUVENTUDE INDÍGENA DO NORDESTE. **Carta do II Encontro da Juventude Indígena do Nordeste para o Brasil, em 08 de fevereiro de 2020.** Disponível em: ˂https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/do-ii-encontro-da-juventude-indigena-do-nordeste-para-brasileiros-08-02-2020/˃. Acesso em: 18 abr. 2022.

LIMA, A. C. S. Ações afirmativas no ensino superior e povos indígenas no Brasil: uma trajetória de trabalho. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 24, n. 50, p. 377-448, jan./abr. 2018.

LIND, Michael. **NEXT AMERICAN NATION**: The New Nationalism and the Fourth American Revolution. New York: Free Press, 1996.

MBYA GUARANI. **Carta dos Mbya Guarani para Brasil, em 07 de fevereiro de 2019**. Disponível em: ˂https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/dos-mbya-guarani-para-brasil/˃. Acesso em: 11 de abril de 2022.

POVOS DA AMAZÔNIA. **Carta dos Povos da Amazônia para Brasil, 07 de novembro de 2019**. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/dos-povos-da-amazonia-para-brasil/>. Acesso em: 04 maio 2022.

POVOS INDÍGENAS. **Do Seminário Políticas de Ensino Médio para o Brasil, em 22 de outubro de 2003**. Disponível em: ˂https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/do-seminario-politicas-de-ensino-medio-para-os-povos-indigenas-para-o-brasil/˃. Acesso em: 11 abr. 2022.

PROFESSORES INDÍGENAS. **Carta dos professores indígenas para o Brasil, em 10 de setembro de 2002.** Disponível em: ˂https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/de-professores-indigenas-para-o-brasil-10-09-2002/˃. Acesso em: 11 abr. 2022.

SILVA, Carlos Rafael. O modelo de gestão territorializada da política de educação escolar indígena no estado da Bahia. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 02, p. 59-70, 2013.

UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS. **Carta da União das Nações Indígenas para o Brasil, em 11 de outubro de 1986**. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/da-uniao-das-nacoes-indigenas-para-o-brasil/>. Acesso em: 04 maio 2022.

UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS. **Carta dos universitários indígenas da Bahia para o Brasil, em 16 de julho de 2009**. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/dos-estudantes-indigenas-universitarios-da-bahia-para-o-brasil-16-de-julho-de-2009/>. Acesso em: 04 maio 2022.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: a história de sangue e resistência indígenas na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WAPICHANA, Mayra. **Carta de Mayra Wapichana para o Conselho Indígena de Roraima (CIR), em 07 de abril de 2016. Disponível em: ˂**https://cartasindigenasaobrasil.com.br/cartas/de-mayra-wapichana-para-o-conselho-indigena-de-roraima-cir/˃. Acesso em: 18 abr. 2022.

XUCURU-KARIRI, Rafael. Cartas indígenas ao presidente Jair Bolsonaro: modos de morrer sendo índio no Brasil. In: ZIMMERMAN, Clovis Roberto; CRUZ, Danilo Uzeda (Orgs.). **Políticas sociais no Governo Bolsonaro**: entre descasos, retrocessos e desmontes. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Salvador: Pinaúna, 2022. Disponível em: <https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro\_detalle.php?orden=&id\_libro=2481&pageNum\_rs\_libros=0&totalRows\_rs\_libros=1617>. Acesso em: 04 maio 2022.

Recebido em 2022-10-05  
Publicado em 2022-11-01

1. \* **** **CARLOS RAFAEL DA SILVA** é Cientista Político do Povo Xucuru-Kariri, doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (Bolsista FAPESB) e Analista de Políticas Sociais do Ministério da Educação. [↑](#footnote-ref-2)
2. \*\*  **SUZANE LIMA COSTA** é Professora Doutora do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, coordenadora do Projeto As Cartas dos Povos Indígenas ao Brasil. [↑](#footnote-ref-3)
3. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. [↑](#footnote-ref-4)
4. Não podemos deixar de destacar que Lind descreve o país com base no conceito de “brazilinização do mundo”, utilizado na década de 1990 e até os dias atuais (HOCHULI, 2021), para descrever o aumento da desigualdade econômica e social no mundo. [↑](#footnote-ref-5)
5. O Prolind, como ficou conhecido o Programa, iniciou ações nacionais de criação das Licenciaturas Interculturais Indígenas, responsáveis pela formação dos professores indígenas no Ensino Superior para atuar nas escolas de Ensino Médio nas aldeias. Apesar do foco restrito à Educação Básica, trata-se de uma das primeiras ações afirmativas para povos indígenas no Ministério da Educação. [↑](#footnote-ref-6)
6. O dado do Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é questionado por Silva (2013) e Lima (2018). Os autores argumentam que a coleta não regionalizada, a não identificação do povo indígena no questionário e a falta de cruzamento com outras bases de dados fragilizam os resultados do Censo. No entanto, o aumento das matrículas é indicativo da expansão do Ensino Superior para povos marginalizados. [↑](#footnote-ref-7)